

## União cobra o início do Pode Entrar

*2021 será um ano de formação política, mobilização social e resistência; prefeitura municipal encontrará movimentos sociais organizados contra retrocessos na área da habitação*



*Ato Programa "Prefeito, abra a porta para o povo entrar", realizado este ano*



*Permaneceremos nas ruas, em luta pelo direito à cidade*

Os próximos anos exigirão resiliência e união na luta por moradia digna. A gestão do prefeito reeleito de São Paulo, Bruno Covas, foi desastrosa sob o ponto de vista da população mais pobre. Não é exagero falar que foi uma gestão profundamente antidemocrática, antipopular, antipovo e antipobre, sobretudo na área da habitação.

No ano passado, a prefeitura aprovou a lei 17.217/2019 na Câmara Municipal, autorizando a utilização de 30% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) também para a construção habitacional e o prefeito Covas lançou, em 19 de dezembro de 2019, o programa habitacional

"Pode Entrar".

Apesar disso, em julho deste ano, a Prefeitura convocou os movimentos para informar que o projeto não sairia do papel. Por isso, movimentos populares realizaram um protesto em frente à Prefeitura, em agosto. Na ocasião a prefeitura recebeu uma comissão dos movimentos, mas até o momento nenhum avanço aconteceu.

Sem um programa habitacional, os trabalhadores ficam à própria sorte e ainda mais desamparados no meio da pandemia e da crise econômica. Neste momento, o desemprego só aumenta e os despejos também.

## Existimos e resistiremos!

Uma reportagem da Agência Brasil veiculada recentemente mostra que, mesmo durante a pandemia, o número de reintegrações de posse e remoções dobrou na Região Metropolitana de São Paulo. Foram comparados os meses de abril, maio e junho, após o início da pandemia, com o mesmo período de 2019.

Neste contexto, o governo Covas tem feito uso de um novo instrumento para despejar famílias. Somente em 2020, quase 2 mil famílias foram colocadas para fora de

ocupações e cortiços pelo governo municipal utilizando o recurso da desocupação administrativa, sem a necessidade de solicitar reintegração de posse à justiça. As ações foram tantas que o Ministério Público Estadual chegou a abrir um inquérito civil e determinar que a prefeitura parasse de realizar a medida, daí a importância da mobilização social para trabalhar a formação política e as reivindicações de demandas essenciais para a população mais pobre de São Paulo.

### Expediente

Rua Conselheiro Furtado 692- Sala 03-01511-000, Liberdade, São Paulo-SP, Brasil  
Telefone: (55 11) 3667-2309  
[www.unmp.org.br/](http://www.unmp.org.br/) facebook.com/uniaonacionalpormoradiapopular  
Jornalista Responsável: Tatiana Oliveira/ MTB 0071594/SP  
Diagramação: Renata Miron

### Apoio

 FORD FOUNDATION

 MISEREOR  
IHR HILFSWERK

# Fórum virtual reúne mulheres de oito países para compartilhar experiências de luta pelo direito à cidade



*Mulheres de São Paulo com seus certificados, no local onde acompanharam a transmissão*



*Sergipanas que também acompanharam a transmissão*



*Companheiras reunidas em Ribeirão Preto, para participar do Fórum*

No início de dezembro, foi realizado o “Fórum virtual de lideranças feministas em territórios latino-americanos: lutas territoriais para o direito à cidade”, com transmissão pela página de Facebook da União Nacional por Moradia Popular. Quem ainda não assistiu pode ver pela internet acessando este link: [bit.ly/2VDBbNJ](https://bit.ly/2VDBbNJ). Em algumas cidades, pequenos grupos se reuniram para acompanhar a transmissão presencialmente, evitando aglomerações em um só local e seguindo as orientações de saúde contra o contágio da Covid-19.

debates entre mulheres e organizações de oito países (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, El Salvador, Peru e México). Do Brasil, participaram companheiras da União Nacional por Moradia Popular de 16 estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Um panorama geral de cada localidade foi trazido pelas participantes, que comentaram as lutas e resistências

enfrentar suas dificuldades, especialmente em tempos de pandemia. As contribuições vão ajudar na organização política das mulheres e no fortalecimento de sua atuação social.

Houve, também, a colaboração de Maite Rodriguez Blandon (Red Mulher y Hábitat de América Latina y el Caribe), Graça Xavier (bacharel em Direito, integrante da coordenação da União Nacional Por Moradia Popular e da Red Mulher y Hábitat de América Latina e Caribe), Ana Paula da Silva, da Secretaria de

Nacional Por Moradia Popular, Raquel Rolnik (urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) e Ana Falú (arquiteta, integrante do CISCSCA – Cidades Feministas, ex diretora da ONU Mulheres). O fórum foi uma realização da União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP), União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e Rede Mulher e Hábitat América Latina e Caribe.

## Mulheres em pauta

Também durante o fórum aconteceu o lançamento da revista feminista “União em luta no Direito à Cidade”. Trata-se de uma revista que apresenta a contribuição da UMM-SP para a organização política das mulheres. Esta é a primeira publicação escrita por mulheres do movimento de moradia e cuja temática é exclusiva sobre histórias e realidades de companheiras que pautam a luta por moradia digna. Em breve, será distribuída uma tiragem impressa da publicação. Haverá, também, a versão online.

# Casa Verde e Amarela: mais um retrocesso

O Senado aprovou no dia 8 de dezembro, medida provisória que cria o programa habitacional Casa Verde e Amarela, apresentado pelo governo Jair Bolsonaro como tentativa de apagar as conquistas do programa Minha Casa, Minha Vida, que viabilizou habitação para milhares de brasileiros desde que foi lançado em março de 2009 pelo Governo Lula. O governo Bolsonaro apresentou a medida provisória em agosto deste ano, na pretensão de substituir o “Minha Casa, Minha Vida”. A principal mudança exclui justamente os mais pobres, uma vez que o programa não disponibiliza recursos para a chamada “Faixa 1”, para famílias com renda inferior a R\$ 1800,00 e que significa quase 80% do déficit habitacional brasileiro.

O Casa Verde e Amarela prevê apenas a redução das taxas de juros cobradas pelos bancos, mas tem uma série de exigências para a aprovação do crédito para as famílias, como nome sem restrição, entrada de pelo menos 20% do valor do imóvel e análise de risco de crédito.

O resultado é a exclusão da grande maioria.



Não é de hoje que Bolsonaro vem tentando apagar conquistas e legado de gestões anteriores



*A Ex Presidenta Dilma fez a entrega de milhares de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. Foto: Agência Brasil*

## O ataque à Faixa 1

Depois do golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, o orçamento da União vem sofrendo restrições e a faixa 1 do Minha Casa Minha Vida foi sendo desmantelada. Em 2019, já no governo Bolsonaro, não houve nenhuma contratação para esta faixa de renda familiar. Nesta faixa está o Programa MCMV Entidades que financiou projetos com autogestão em todo o país, com qualidade e muita organização popular. Este ano, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogerio Marinho, afirmou que não vai fazer mais contratos para

famílias com renda total de até R\$1.800. Segundo ele, há muitas obras em andamento. A realidade, no entanto, é que ao todo 1,4 milhão de unidades habitacionais referentes à faixa 1 estão paralisadas e sem prazo para sua finalização.

O Minha Casa Minha Vida previa subsídios de até 90% para as famílias da Faixa 1. Entre 2009 e 2016, foram construídas mais de 4 milhões de moradias populares, em todo o país, com investimento total de R\$105 bilhões. 2021 será mais um ano de muita luta contra os retrocessos e a retirada de direitos.

## É hora de se cuidar e cuidar do próximo!

O Brasil se aproxima de 180 mil mortes por Covid-19. Mas a vacinação em massa tem cenário nebuloso no país e a disputa política de Jair Bolsonaro e João Doria dificultam um plano nacional de imunização. Como resultado, o Brasil, que sempre foi reconhecido pelo seu eficiente sistema de vacinação graças ao Sistema Único de Saúde (SUS),

hoje vive um verdadeiro pesadelo. Ao mesmo tempo, a alta dos preços dos alimentos e a ausência de alternativas para a geração de renda parecem não ser motivo para políticas que apoiem os mais vulneráveis. Pelo contrário, agora em dezembro será paga a quarta e última parcela de R\$300 do Auxílio Emergencial. E, sem saídas para a grave crise

econômica que vivemos, o fim do auxílio deve acentuar desigualdades.

Neste momento, se cuide e cuide de quem te cerca. Evite aglomerações, continue usando máscaras e não deixe de passar álcool gel nas mãos sempre. Lembre-se que os hospitais estão novamente cheios e precisamos atravessar isso juntos, com segurança.

Estamos a mercê de um governo que trata a pandemia com total descaso e que segue reafirmando que é só uma “gripezinha”, por isso, não podemos relaxar. É fundamental o distanciamento e os cuidados necessários, mesmo neste período de festas de fim de ano. Nos vemos em breve, firmes na luta!

# Fique atento: União realizará seminário nacional sobre regularização fundiária em janeiro

No dia 24 de janeiro, acontecerá o “Seminário Nacional da União sobre Regularização Fundiária”, com o tema “Os desafios da regularização fundiária no Brasil”. A população brasileira nas últimas décadas passou de uma população rural para prioritariamente urbana. Cerca de 80%, hoje, mora nas cidades.

Com isso, os problemas de infraestrutura urbana se aprofundaram, com cerca de 10 mil assentamentos precários e dois grandes problemas: a falta de uma urbanização adequada e a falta de segurança na posse. Isto acarreta na insegurança das famílias, e faz com que as ameaças de despejo sejam constantes.

Neste cenário, o desafio do movimento de moradia é capacitar e fortalecer seus integrantes para que haja a legalidade da posse, ou seja, sua regularização fundiária. Assim, o objetivo do seminário é fortalecer as organizações comunitárias, entre favelas, ocupações e loteamentos irregulares e clandestinos, e

colocar em pauta a importância da luta na busca pelo direito à cidade.

Fique atento às nossas redes sociais, o horário e formato serão divulgados por lá, como os locais para acompanhar presencialmente e os links para assistir à transmissão ao vivo.



A campanha Despejo Zero mobilizou pessoas de todo o país.



As desigualdades escancaradas pela pandemia no Brasil devem ser denunciadas mundo afora

## Campanha Despejo Zero pressiona três poderes contra remoções a ameaças

A pandemia e seus estragos na saúde e economia brasileira estão bem longe de acabar, mas governos, judiciário e proprietários de imóveis sem função social insistem em desabrigar famílias por todo o Brasil. São moradores de favelas, ocupações e loteamentos irregulares que têm sido removidos de suas moradias, muitas vezes com força policial, mesmo sem ter uma opção de local seguro para se abrigar e renda para pagar uma casa para viver.

Enquanto isso, as desigualdades vivenciadas por milhões de

brasileiros que não tem seu direito à moradia respeitado estão cada vez mais gritantes. Mais de 13% da população está desempregada (IBGE 07/2020). Ao mesmo tempo, ao menos 6.500 famílias foram removidas durante a pandemia no Brasil até outubro deste ano, segundo levantamento feito pela Campanha Despejo Zero. Outras 54.303 estão sendo ameaçadas de despejo; 12.603 delas no estado de São Paulo.

### Campanha Despejo Zero

Neste contexto, a campanha Despejo Zero, ação que visa a

suspensão de qualquer atividade ou violação de direitos que tenha como finalidade desabrigar famílias e comunidades, vem avançando a partir de suas articulações de movimentos sociais e organizações junto à sociedade. O objetivo é resolver a situação de insegurança pela qual passam as famílias mais vulneráveis no que diz respeito à moradia. Criada em julho deste ano por conta da pandemia, Despejo Zero vem fortalecendo o debate no país sobre o tema, pressionando os poderes Executivo, Legislativo e

Judiciário para impedir reintegração de posse e remoções. Nas eleições, movimentos e organizações também tiveram um papel importante ao provocar candidatos de todo o país para assinar a carta compromisso da campanha, pela garantia do direito constitucional à moradia digna.

**Acompanhe a Campanha Despejo Zero e faça parte de suas articulações**  
([fb.com/campanhadespejzero](https://fb.com/campanhadespejzero)).